

A HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO NO PRESENTISMO COMO CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: TEMPO, PODER, CULTURA E IDENTIDADE



INDIGENOUS HISTORY AND INDIGENISM IN PRESENTISM AS THEORETICAL-METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS: TIME, POWER, CULTURE AND IDENTITY

Emanuel de Araújo Rabelo¹

Resumo

O presente ensaio tem como o objetivo compreender e fazer uma reflexão sobre a ideia do 'presentismo' com uma teoria dentro da temática da História Indígena e do Indigenismo no tempo presente, tendo como foco a historiografia brasileira e a região amazônica, e seus desdobramentos para os estudos da temática a partir da segunda metade do século XX. Além das suas correlações conceituais de 'poder' a partir da análise de Michel Foucault, cultura e identidade na análise Zygmunt Bauman e historiografia presentista e estratos de tempo em François Hartog e Reinhart Koselleck. A metodologia empregada no artigo focou na análise bibliográfica em que debate a história do tempo presente e a relação dos conceitos desses autores a partir da construção do texto historiográfico com a temática e os caminhos ainda a percorrer.

Palavras-chave: história indígena; indigenismo; historiografia.

Abstract

The aim of this essay is to understand and reflect on the idea of 'presentism' as a theory within the theme of Indigenous History and Indigenism in the present time, focusing on Brazilian historiography and the Amazon region, and its consequences for studies of the theme from the second half of the 20th century onwards. In addition to its conceptual correlations of 'power' based on Michel Foucault's analysis, culture and identity in Zygmunt Bauman's analysis and presentist historiography and strata of time in François Hartog and Reinhart Koselleck. The methodology employed in the article focused on bibliographical analysis in which the history of the present time is debated and the relationship between the concepts of these authors and the construction of the historiographical text with the theme and the paths still to be traveled.

Keywords: indigenous history; indigenismo; historiography.

¹ Historiador e Antropólogo. Doutorando em História pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM (2023). Professor Substituto no Instituto de Antropologia da UFRR. E-mail: nellaraujo1995@gmail.com.



Apresentação

O presente ensaio tem como o objetivo compreender e analisar o ‘presentismo’ como um conceito e teoria dentro da temática da História Indígena e do Indigenismo no tempo presente, tendo como foco a historiografia brasileira e a região amazônica, e seus desdobramentos para os estudos a partir da segunda metade do século XX e suas correlações com o conceito de ‘poder’ a partir da análise de Michel Foucault, cultura e identidade na análise Zygmunt Bauman e Teoria e Historiografia, presentismo e estratos de tempo em François Hartog e Reinhart Koselleck, dividindo assim, o artigo em quatro tópicos de discussão. 1) Uma breve reflexão sobre história e indigenismo; 2) História Indígena e do Indigenismo, poder e tempo; 3) História Indígena e do Indigenismo, cultura e tempo; 4) História Indígena e do Indigenismo, identidade e tempo.

O século XX como a problemática do fato, a sua rapidez nas mudanças de estratos de tempo, todavia, mantendo a estrutura colonial que é marcada agora pela ascensão dos estados nacionais, por duas grandes guerras político-militares e econômicas nas primeiras quatro décadas e a fragmentada ‘guerra fria’ entre EUA e União Soviética ao longo da segunda metade desse período, fazendo com que a visão futurista iluminista ficasse sem sentido histórico e as mudanças e aparecimentos de epistemologias tornassem o século uma profunda complexidade.

Como traz a ideia de Hobsbawm² sobre a ‘destruição do passado’ no século XX, um dos fenômenos característicos desse século é o presente contínuo, a ideia de um esquecimento social da memória enquanto a partir dos mecanismos sociais característicos das experiências e horizontes do pensamento temporal dentro um tipo de estrutura total.

Em que se questiona o pensamento da experiência temporal ao longo do tempo à luz do problema da consciência histórica e dos regimes de historicidade, onde poderíamos identificar anterior ao século XX, a existência de ‘sociedades

² HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.



arcaicas um tempo eterno', 'imóvel', de modo que o cotidiano é um tempo eterno, um ponto sempre inicial, portanto anti-histórico³.

E ao compreender o século como o objetivo temporal desse artigo, Hartog⁴, aponta que, o século XX aliou, finalmente, futurismo, mesmo que de caráter distópico e presentista. Se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista. Foi futurista com paixão, com cegueira, até o pior, hoje todos sabem.

Ao pensar a metodologia da história enquanto ciência se compreende a relação dos sujeitos com o tempo. Citar três conceitos primordiais oferecem um conjunto de problemas capazes de iluminar a questão do tempo na história. O primeiro é o que chamamos de consciência histórica, quando o indivíduo se reconhece como um ser histórico que vive em um determinado tempo. O segundo é o que entendemos por historicidade, que revela a construção de sentidos para as durações temporais e explicita o reconhecimento da marca do tempo na consciência e nas coisas. E o terceiro é a própria temporalidade, ou seja, a passagem ou o movimento do próprio tempo⁵.

Com isso, o presente artigo tem a função de buscar reflexões sobre o tempo histórico dentro da história indígena e do indigenismo tendo um olhar na perspectiva de estrato de tempo e trazendo a inclusão dos conceitos sobre poder, cultura e identidade, na qual, são primordiais para a construção da historiografia do tempo presente da temática.

Uma breve reflexão sobre história indígena e indigenismo

Entre essas epistemologias está a discussão sobre uma historiografia sobre povos indígenas e do indigenismo no Brasil, em especial, no contexto amazônico, enquanto temporalidade histórica. Na compreensão de Koselleck⁶, ao discutir estruturas e estratos de tempo, fala que “temos falado de acontecimentos

³ BENTIVOGLIO, Julio César. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2014. 171 p. 28.

⁴ HARTOG, François. **Regimes de Historicidade – presenteísmo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.140.

⁵ BENTIVOGLIO, Julio César. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2014, p.20.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.23.



singulares e de estruturas de repetição sem as quais os acontecimentos singulares não seriam possíveis. Os diferentes estratos do tempo foram relacionados a experiências acumuladas por indivíduos e gerações contemporâneas. Examinemos mais detidamente essa relação. A singularidade de uma sequência de eventos pode ser vista empiricamente onde se experimentam surpresas.”

O historiador John Monteiro⁷ exemplifica bem essa situação, e que, sendo assim, parecem prevalecer entre os historiadores brasileiros ainda hoje duas noções fundamentais que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional. A primeira diz respeito à exclusão dos indígenas enquanto legítimos atores históricos: são, antes do domínio da antropologia, mesmo porque a grande maioria dos historiadores considera que não possui as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos que, portanto, se mostram pouco visíveis enquanto sujeitos históricos.

Se transferirmos o foco das estruturas temporais da experiência histórica para os modos de sua narração, de sua representação na escrita e de sua elaboração metodológica, podemos - a despeito de qualquer teoria - estabelecer três tipos: o registro, a continuação e a reformulação da história⁸.

A respeito desse fato, as multiplicidades históricas, sociais e etnográficas junto com as singulares espaciais, colocam a perspectiva de um indigenismo de maneira diferente de região para região. O processo na região amazônica é diferente do que aconteceu na região centro-sul, e por isso, para compreender uma história indígena é preciso ir além de uma visão simplista e folclórica tão marcada na construção de uma historiografia nacional brasileira.

Como afirmam João Pacheco de Oliveira & Quintero⁹:

Ao falarmos em povos indígenas não estamos procedendo a uma objetificação redutora, como ocorre nas práticas administrativas das agências governamentais, que apenas consideram como efetivamente “índios” aqueles que habitam no interior de terras indígenas reconhecidas pelo Estado, estando de algum modo sujeitos ao regime tutelar (ainda que a assistência fornecida lhes seja precária ou omissa).

⁷ MONTEIRO, Jonh. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 2001, p.3.

⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.40.

⁹ PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. **Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas**. Horizontes Antropológicos (online), v. 26, p. 7-31, 2020, p.17.



Nessa ideia histórico-antropológica dessa assertiva, o trabalho do historiador não deve se limitar a uma objetificação de redução do indígena 'interior' em enquanto uma forma específica, mas buscar a determinação das suas relações enquanto sujeitos da sua própria história, tanto na análise do passado em comum em acordo com a noção da história do tempo presente, em uma ideia de fugir de uma historiografia tradicional.

É muito recente que os historiadores começaram a se interessar pelo tempo presente e insistir na contiguidade relacional entre passado e presente, que não deveria ser cindida ou dicotomizada – nem o passado em relação ao presente, nem este em relação ao futuro¹⁰. Ao entender também a importância da problematização com mecanismos teórico-metodológicos e interdisciplinares, na qual, a história e antropologia e das ciências sociais estão em constante diálogo de ideias e epistemologias da temática indígena.

E afirmam ainda Pacheco de Oliveira e Quintero¹¹, tanto a antropologia como a história constituem exercícios voltados para uma profunda compreensão do Outro, ou seja, de uma forma de existência social bem distinta daquela do narrador e de seu público, seja em termos geográficos ou cronológicos. Uma separação entre elas, remetendo a domínios e métodos distintos, não pode ser encontrada nas vastas obras clássicas fundadores, como: Lewis Morgan, Max Weber, Franz Boas, Marc Bloch ou Fernand Braudel.

Ao entender a importância desses teóricos com base para compreender os conceitos utilizados para escrever a temática, Leal¹² diz que os pesquisadores que atuaram nesse período inicial de formação do campo de estudo dos povos indígenas empreenderam trabalhos no interior da tradição culturalista norte-americana, tributária de autores como Leslie White e Franz Boas. Um conceito que orientou muitos desses trabalhos, dominou as abordagens antropológicas e

¹⁰ BENTIVOGLIO, Julio César. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2014, p.31.

¹¹ PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. **Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas**. Horizontes Antropológicos (online), v. 26, p. 7-31. 2020, p.8.

¹² LEAL, Davi Avelino. **Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia**. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p.327.



atravessou os estudos desde a década de 1930 até os anos de 1950, foi o conceito de aculturação.

Ao analisar essa perspectiva, é preciso colocar esses teóricos a sua importância na inserção e contribuição dos conceitos antropológicos em um estrato de tempo histórico, na qual, ajudaram para a construção de uma historiografia sobre um indigenismo a partir de um pioneirismo teórico-metodológico, e certo, com as atualizações necessárias para uma nova história indígena no tempo presente.

Indo agora para um entendimento de Hartog¹³, no trabalho do historiador, em especial, o do indigenista na discussão em descrever alguns pontos sobre essa relação de historicidade entre passado-presente-futuro, em que, a partir de nossa contemporaneidade, a hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço. Este movimento é sua única especificidade. Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro.

Na ideia de Bentivoglio¹⁴, como uma outra perspectiva de tempo histórico, nesse entendimento, de um lado em um tempo cronológico haveria outro, o tempo, humano, que expressa aspectos biológicos e cognitivos do desenvolvimento dos indivíduos e que incorpora marcas de subjetividade, uma vez que se baseia em experiências e vivências individuais, em eventos importantes para aquele sujeito e que não necessariamente coincide com o tempo da sociedade. Por fim, haveria ainda o tempo histórico, no qual o presente se coloca em contato com o passado, narrando-o e analisando-o, ligando

¹³ HARTOG, François. **Regimes de Historicidade – presenteísmo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013, p.37.

¹⁴ BENTIVOGLIO, Julio César. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2014, p.16-17.



experiências do passado com experiências do presente. Esse tempo histórico seria quase um terceiro tempo, supra-histórico. Ler um livro de história é um modo de acionar esse tempo que se preserva, colocando-nos em contato com o passado.

Ao adentrar na primeira metade da década de 1970, e discutir o espaço amazônico, na qual, seria esse o momento da passagem para o que se poderia chamar de visão crítica sobre a história dos povos indígenas na Amazônia. O chão histórico em que essas discussões se davam também estava marcado por fortes mudanças, pois segundo John Monteiro, a articulação dos movimentos indígenas e o uso público da palavra por parte de lideranças emergentes, fomentou uma transformação na perspectiva com relação à visão fatalista¹⁵.

Nesse entendimento, as transformações sociais e culturais do indigenismo da segunda metade do século XX certamente influenciaram na dinâmica dos pesquisadores e de uma nova forma de se escrever uma nova historiografia sobre a temática. E entrando no tema de Amazônia as mudanças sobre o conhecimento e a construção historiográfica é sentida porque quebra com a visão fatalista tão marcada nos estudos da região, em especial, das populações indígenas do bioma amazônico.

A geração de historiadores que vivenciaram este mesmo período de mobilização política e de reorientação teórica continuou a deixar de lado a temática indígena, talvez mais por resistência ao tema do que propriamente por falta de novos elementos. A principal tendência da historiografia brasileira na década de 1980 foi o progressivo abandono de marcos teóricos generalizantes, sobretudo de inspiração marxista, e a crescente profissionalização do quadro de historiadores nas universidades, que fundamentavam seus trabalhos cada vez mais numa base mais sólida de pesquisa empírica¹⁶.

Para Koselleck¹⁷ ao trazer as reflexões sobre singularidades e experiências, debate que a singularidade das experiências originárias, uma antropologia formal da história exige que se introduzam, na cadeia dos acontecimentos, derivações

¹⁵ LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 336.

¹⁶ MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 2001, p.7.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.44.



causais, condições de longo prazo ou contextos duradouros. A multiplicidade de estratos temporais - o fato de que as experiências são únicas, mas, mesmo assim, se acumulam - sempre se traduz nos métodos que reconstroem os fatos e indagam como eles se tornaram possíveis.

Desse modo, no que se refere ao procedimento em relação às fontes, Koselleck¹⁸ traz três possibilidades que podem provocar uma reformulação. Primeiro: podem surgir novos testemunhos, que lançam nova luz sobre a tradição recebida. Com isso, até o historiador que se limita a contar a história se vê diante da necessidade de escolher, fato que, *nolens volens*, o obriga a uma reformulação. De certa forma, a experiência do próprio historiador em sua disciplina exige uma crítica das fontes. A partir do humanismo, essa crítica se tornou cada vez mais refinada e sistematizada.

Ao direcionar esse mesmo sentido, e falar da história do tempo presente Dantas¹⁹ conduz que:

Um caminho fértil que pode contribuir para a superação da negativa na narrativa mencionada se apresenta por meio dos debates relacionados à História do Tempo Presente (HTP), modalidade de produção historiográfica longe de ser autoexplicativa. Tomando temas da pesquisa histórica processos coevos ao historiador, a HTP apresenta problemas significativos à própria operação historiográfica, como a relação entre objetividade e subjetividade.

Em linhas gerais, a discussão sobre a área e os conceitos em uma dinâmica sociocultural e de relações interétnicas a serem apresentados a partir do (poder, cultura e identidade) como estrato do tempo, em que, serão a base para a discussão do 'presentismo' em uma nova História Indígena que se está construindo na ciência histórica enquanto campo temático nas ações do tempo e espaço.

Com isso, entender como metodologia a história do tempo presente como uma ruptura da ideia de progresso de uma filosofia história ideal, mas sim na

¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.57.

¹⁹ DANTAS, Albuquerque Mariana. Uma História com o Outro: povos indígenas na historiografia brasileira. In: BARROS, José D'Assunção (org.). **A Historiografia como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022, p.356.



construção de diferentes problematizações entorno do trabalho do historiador enquanto prática conceitual de uma renovada epistemologia da disciplina²⁰.

Que, nessas questões, se coloca os principais conceitos que orientariam as análises no campo da história indígena e do indigenismo de um tempo presente. Os conceitos esses englobam a resistência, etnicidade, protagonismo indígena, identidades, tradução cultural, negociação, conflito, sentidos étnicos, formas de agenciamento, fronteiras étnicas e etnogênese perpassaram os trabalhos de historiadores, antropólogos e arqueólogos que participaram da empreitada. Na qual, reúnem estudos sobre as políticas indígenas e indigenistas que abarcaram o período colonial, império e parte da história republicana²¹.

História Indígena e do Indigenismo, poder e tempo

Ao iniciar a compreensão de poder e tempo, Foucault²² busca a reflexão sobre o conceito na construção do conhecimento das ciências humanas, a questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises do autor. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas, assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos que, se não estavam ausentes dos primeiros livros, ao menos não eram explicitamente colocados, complementando o exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder.

Enquanto estrutura, a genealogia foucaultiana de poder produz uma epistemologia do conhecimento enquanto uma ação histórica do tempo, bem como, para uma temática complexa como é a história indígena e do indigenismo, saindo de uma perspectiva macro, e colocando os sujeitos sociais na questão do conceito.

E como assegura Foucault²³, a forma do objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes - cada um considerado como possuindo positividade específica, a positividade do que foi efetivamente dito e deve ser aceito como tal,

²⁰ MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PORTÔ JR, Gilson (org.). **História do tempo presente**. - Bauri, SP: Edusc, 2007, p. 22.

²¹ LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 340.

²² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. -15ª ed.- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023, p.7.

²³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. -15ª ed.- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023, p.7-8.



e não julgado com base em um saber posterior e superior - para que dessas relações surjam, em uma mesma época ou em épocas diferentes, compatibilidades e incompatibilidades que não sancionam ou invalidam, mas estabelecem regularidades, permitem individualizar formações discursivas.

Sobre o fato histórico, Koselleck²⁴, diz que o fato de histórias surgirem primariamente das experiências das pessoas envolvidas e atingidas é condição de sua narratividade e, portanto, também condição da narratividade de experiências alheias, cuja análise domina a historiografia moderna. Direta ou indiretamente, toda história trata de experiências próprias ou alheias. Por isso, podemos supor que os modos de contar histórias ou de elaborá-las com método possam ser relacionados aos modos como adquirimos, reunimos ou modificamos as experiências.

Ao incluir a interpretação sobre as experiências próprias e alheias, se condiz muito a questão do poder na historiografia, e na promoção das narrativas dominantes. E o processo colonial e pós-colonial sobre as relações entre povos indígenas e colonizadores, e posteriormente, o estado nacional. A busca agora de um indigenismo que valorize os povos indígenas é a grande experiência que vai de oposição construída pela historiografia eurocêntrica. Koselleck²⁵ ainda expõe que:

No entanto, experiências não são adquiridas só quando ocorrem, mas também quando se repetem. Essa seria a segunda possibilidade de adquirir experiências. Experiências também são reunidas, resultam de um processo de acumulação, na medida em que se confirmam ou se consolidam por meio de correções recíprocas.

Em curto prazo, a história é feita pelos vencedores, que talvez consigam sustentá-la também em médio prazo. Mas ninguém a domina em longo prazo; eis um axioma da experiência que sempre se confirmou. Nossa última série de exemplos, que se referia às reinterpretações do passado longínquo, o demonstra²⁶.

²⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.33.

²⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.34.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.63.



Ao discorrer sobre os ‘derrotados’ da historiografia, Koselleck²⁷ faz refletir que sobre o poder/saber da experiência:

Os derrotados não. Sua experiência primária é a de que as coisas não aconteceram como foram planejadas e esperadas. Ao refletir sobre isso, eles se veem diante da necessidade de explicar por que algo ocorreu de modo diferente do que havia sido pensado. Isso pode desencadear buscas por razões de médio e de longos prazos, que enquadrem o acaso da surpresa singular e que, talvez, o expliquem. Conhecimentos duradouros, dotados de maior poder explicativo, nascem justamente dessas experiências singulares e impostas.

Mesmo que a história preserve seu caráter singular, existem estratos com diferentes ritmos de mudança. Eles precisam ser teoricamente distinguidos para que a singularidade e a perduração possam ser medidas. Mas quando dizemos que condições geográficas, institucionais, jurídicas ou aquelas ligadas à mentalidade perduram, somos forçados a lhes conferir um caráter de repetição na execução de percursos temporais diacrônicos²⁸.

O fundamento da análise de Foucault²⁹, é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.

Ao trazer Cardoso de Oliveira, onde se coloca na perspectiva da construção do conhecimento antropológico de indigenismo e poder, Leal³⁰ discute a ideia do teórico que propõe então o conceito de *fricção interétnica* para analisar o que ele chamou de sistemas interétnicos. Esses sistemas eram formados por contradições entre os sistemas societários em interação. Com essa nova formulação se desloca o eixo da análise da cultura para a relação étnica entre a sociedade indígena e sociedade nacional. Portanto, uma compreensão de relações de poder entre os povos indígenas e a sociedade envolvente em questão dentro de uma estrutura com vários biopoderes existentes nessa relação.

²⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.64.

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.193.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. -15ª ed.- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023, p.28.

³⁰ LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer. 2020, p.334.



A história decorre sempre em diferentes ritmos temporais, que se repetem ou se modificam lentamente; por isso, as experiências humanas são preservadas, mudadas ou refratadas em tempos escalonados. É compreensível que a narrativa histórica tenha privilegiado a singularidade diacrônica dos eventos, pois cada ser humano faz suas próprias experiências³¹.

Dentro de um estrato de tempo, a ideia de poder a partir das inovações conceituais trazidas por Cardoso de Oliveira, fazem diálogo com as categorias weberianas de análise com a preocupação de formular o conceito de *fricção interétnica* como equivalente lógico da “luta de classes”, por via de uma mesma estrutura social, permitiu análises acuradas das relações entre indígenas e não indígenas e abriu caminho para que novas pesquisas experimentassem arranjos teórico-metodológicos inéditos até então não utilizados, ou seja, a construção de relações de poderes e saberes dentro do campo da história indígena e indigenismo³².

A influência das teorias antropológicas para a uma nova historiografia do indigenismo é importante, que, além de um diálogo interdisciplinar e a problematização da temática, ocorre o aparecimento dos sujeitos envolvidos, com suas mobilizações e movimentos socioculturais de representação, luta e territorialização. Com isso, uma história indígena a partir do protagonismo das populações tradicionais é tão necessária para a compreensão de uma história em um presentismo em que se aproxima de um ideal étnico-cultural de experiência histórica.

Essas experiências temporais enquanto poderes/saberes faz com que os povos indígenas demarquem suas singulares a partir dos eventos diacrônicos a da reunião dos fatos, ou seja, das suas experiências históricas. Portanto, entendem as mudanças nas suas relações sociais e interétnicas, mas, sobretudo buscando a sua preservação sociocultural como sujeitos de saberes. Surge como movimento/mobilização a partir da segunda metade do século XX, enquanto entendimento do temporal das diferentes as dinâmicas sociais que surgem.

³¹ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.62.

³² LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p.334.



Como elucidada Monteiro³³, de certo, a poderosa imagem dos índios como eternos prisioneiros de formações isoladas e primitivas tem dificultado a compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica que ajudariam a explicar uma parte considerável da história social e cultural do país.

Podemos entender que o tempo, como Dantas³⁴ contribui, que as concepções em torno dele são articuladas de maneira a aproximar ou afastar os interlocutores e objetos de pesquisa dos antropólogos e dos historiadores. Torna-se imperativa, portanto, a necessidade de pensar os mecanismos das duas disciplinas, as implicações concretas de seus produtos e o lugar a partir do qual fala o pesquisador.

História Indígena e do Indigenismo, cultura e tempo

A cultura como um meio de propor uma discussão, é considerado um fenômeno social, na ideia de Bauman³⁵ ao considerar que, por mais de um século, as culturas foram definidas basicamente como tecnologias de discriminação e distinção, fábricas de diferenças e oposições. Mas o diálogo e a negociação também são fenômenos culturais – e como tal ganham, em nossa era de pluralidade, uma importância crescente, talvez decisiva. A construção pragmática a que se dá o nome de “humanidade” é também um projeto cultural, um empreendimento que não está fora do alcance da capacidade cultural humana. Pode-se encontrar ampla confirmação de que assim é em nossa experiência comum da vida cotidiana. Afinal, conviver, conversar uns com os outros e negociar com sucesso soluções mutuamente satisfatórias para problemas comuns são a norma dessa experiência, não tem a exceção.

Ao expressar sobre a pluralidade cultural a mesma opinião emitida por Gadamer a respeito da pluralidade dos horizontes cognitivos: se a compreensão

³³ MONTEIRO, Jonh. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 2001, p.5.

³⁴ DANTAS, Albuquerque Mariana. Uma História com o Outro: povos indígenas na historiografia brasileira. In: BARROS, José D’Assunção (org.). **A Historiografia como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022, p.358.

³⁵ BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.46.



é um milagre, é um milagre diário, realizado por pessoas comuns, não por milagreiros profissionais³⁶.

Ao definir a cultura como um conceito dentro da historiografia, bem como, na temática sobre um indigenismo do século XX, o sentido está sendo de tornar um tipo ‘projeto’ enquanto ação de relação e de um fenômeno social. Os movimentos e mobilizações indígenas enquanto frente demonstram isso. As práticas culturais dentro do cotidiano, seja nas relações de conflito ou interétnicas, a desconstrução de uma cultura comunitarista de uma forma fechada e que não observa e valoriza a alteridade e diferença. Nesse sentido, na compreensão Roy Wagner³⁷ o termo “cultura” também procura reduzir as ações e propósitos humanos ao nível de significância mais básico, a fim de examiná-los em termos universais para tentar compreendê-los. Quando falamos de pessoas que pertencem a diferentes culturas, estamos, portanto, nos referindo a um tipo de diferença muito básico entre elas, sugerindo que há variedades específicas do fenômeno humano.

Para uma historiografia sobre povos indígenas, a partir do conceito de cultura como um processo de experiência histórica Cunha³⁸, traz que vários povos estão mais do que nunca celebrando sua “cultura” e utilizando-a com sucesso para obter reparações por danos políticos. A política acadêmica e a política étnica caminham em direções contrárias. Mas a academia não pode ignorar que a “cultura” está ressurgindo para assombrar a teoria ocidental.

Apesar disso, como assegura Koselleck³⁹ que as experiências são singulares na medida em que ocorrem e são replicáveis na medida em que são acumuladas. Por isso, toda história possui um duplo aspecto, aquele constituído pela experiência e aquele que pode ser derivado dela. Assim como acontecimentos singulares e surpreendentes evocam experiências e provocam histórias, também experiências acumuladas ajudam a estruturar as histórias em médio prazo. Existem condições e processos específicos de cada geração que se

³⁶ BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.46.

³⁷ WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2010, p.28.

³⁸ CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas: e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009, p.313.

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.36.



sobrepõem às histórias pessoais, mas que, mesmo assim, remetem a prazos maiores, que configuram um espaço de experiência comum.

A colocação de um olho histórico sobre as relações culturais, a exemplo, o contato entre brancos e índios geraria profundas mudanças nas sociedades indígenas, consideradas agora aculturadas. Na Amazônia, outro conceito que se articulou ao de aculturação foi o de caboclo. Inexistente nas fontes de meados do século XIX, o conceito de caboclo emerge, provavelmente no último quarto do século XIX, para ganhar força nas décadas iniciais do século XX e denominar as “populações” resultantes da mestiçagem entre brancos e índios, como traz Leal⁴⁰.

Esse conceito de ‘mestiçagem’ além de ser considerado um projeto de um estado, é também até os anos de 1960 um projeto intelectual sobre historiografia indígena e do indigenismo. Assim, a ideia de assimilação e integração e de relações socioculturais e políticas para com essas populações diferenciadas e descritas já como ‘caboclas’ por terem essa já aproximação de uma certa “civilização”, essencialmente na passagem do século XIX e XX.

Nessa linha de raciocínio, como conduz Hartog⁴¹ parafraseando o antropólogo Marshall Sahlins que propõe uma noção de uma ideia de *história heroica* - cujos traços principais ele delinea, e indica uma abordagem, *uma antropologia da história*, para fazer história em Fidji, mas também a partir de Fidji ou do Havaí, mostrando que essas ilhas são exatamente *Islands of History*: ilhas na história, com uma história, mas também produtoras de história, conforme uma ordem do tempo e um regime de historicidade específicos, mas não únicos, os quais percebemos melhor quando, a partir de uma situação de interferência, surge as discrepâncias.

Ao questionar esse seguimento em um estrato de tempo sobre as culturas indígenas, Leal evidencia a ideia de autores da década de 1930 que afirmava que essas culturas estavam ameaçadas por esses processos de mestiçagem resultantes do avanço das frentes de expansão e do colonialismo e diante desse quadro cabia aos pesquisadores a realização de inventários de mapeamento, recolhimento e

⁴⁰ LEAL, Davi Avelino. *Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia*. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p.328.

⁴¹ HARTOG, François. **Regimes de Historicidade – presenteísmo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.59.



envio para museus fora do país de amostras do que poderia caracterizar cada povo indígena e sua cultura material. Leal⁴² coloca que diferentemente de Gilberto Freyre, ex-orientando de Franz Boas, que refletiu sobre a formação da sociedade brasileira por um viés cultural em que a mestiçagem aparece como um aspecto positivo, para os antropólogos desse período que trabalhavam com os povos indígenas, a mestiçagem era um processo inevitável, desagregador e que levaria ao desaparecimento das culturas indígenas.

A importância dessa clássica historiografia brasileira sobre os povos indígenas do início do século XX, e mais precisamente na década de 1930 no Brasil, é entender que uma escrita ‘historiográfica’ foi iniciada por antropólogos/etnólogos de formação, e é evidente já grandes diferenças no entendimento do papel das populações tradicionais para a construção do seu protagonismo, em especial, conceitual, onde a teoria da “aculturação” e “mestiçagem” são questionáveis para entender povos de culturas diferenciadas tanto para historiadores como também para antropólogos.

Aqui, nossa determinação da diferença antropológica - a saber: a novidade surpreendente de todas as histórias concretas só pode ser transposta para o conhecimento se for referida a experiências de médio ou longo prazo— encontra sua aplicação na história universal até hoje⁴³.

Ao falar sobre a tradução transcultural, Bauman⁴⁴ comenta que é um processo contínuo que *ajuda* ao mesmo tempo que *constitui* a co-habitação de pessoas que não podem nem se dar ao luxo de ocupar o mesmo espaço, quanto mais de delinear o espaço comum em suas formas próprias, distintas. Nenhum ato de tradução deixa um dos parceiros intactos. Ambos emergem do encontro modificados, diferentes do que eram no começo – assim como a tradução deixada para trás no momento em que foi completada necessita de uma “nova tentativa”; essa mudança recíproca é o trabalho da tradução.

⁴² LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p.329-330.

⁴³ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.48.

⁴⁴ BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.42.



Em um primeiro ponto, o olhar sob a tradução está diretamente interligado ao olhar historiador indigenista, enquanto uma prática indigenista de história. No segundo ponto é a busca contínua de entender os novos espaços que surgem, o século XX, e muito mais a sua segunda metade torna a busca dessa tradução transcultural cada vez mais complexa em um tempo presente do presentismo.

Na qual, Fabian⁴⁵ coloca em prudência:

Se compararmos os usos do Tempo na *literatura* antropológica com os da *pesquisa* etnográfica, descobriremos divergências notáveis. Vou me referir a isso como uso esquizogênico do Tempo. Acredito que se pode mostrar que a antropologia no campo com frequência emprega concepções de Tempo muito diferentes daquelas que informam os relatórios acerca de suas descobertas. Além disso, argumentarei que uma análise crítica do papel que o Tempo está autorizado a desempenhar como uma condição para a produção de conhecimento etnográfico na prática do trabalho de campo pode servir como um ponto de partida para uma crítica do discurso antropológico em geral. Mas, antes que o argumento possa ser desenvolvido, deveríamos ser mais específicos sobre as noções do Tempo cuja utilização no discurso antropológico desejamos criticar.

E dentro desse espaço histórico de tempo e etnográfico de pesquisa, o historiador John Monteiro⁴⁶, compreende que um dos perigos destas abordagens é que investem numa imagem cristalizada – fossilizada, diriam outros – dos indígenas, seja como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante. A esfera da sociabilidade nativa é aquela que está totalmente externa à esfera colonial, em parte porque o recurso da “projeção etnográfica” frequentemente isola a sociedade indígena no tempo e no espaço, mas também porque nas percepções marcadas pela perspectiva de aculturação, os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, “menos” indígenas. Com isso, entendendo que os indígenas “integrados” a sociedade nacional não seriam mais povos tradicionais com sua cultura própria e modos de expressão, levando assim, desencadeamento de uma marginalização e isolamento social colonialista dentro de uma lógica de historiografia tradicional, essencialmente, nos espaços urbanos.

⁴⁵ FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto.** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.57.

⁴⁶ MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo.** Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 2001, p.4-5.



História Indígena e do Indigenismo, identidade e tempo

Já direcionando a discussão para o conceito de identidade como conceito de um espaço multicultural para entender a história indígena, Koselleck⁴⁷ discute que a diretriz histórico-antropológica se cumpre de modos diferentes se a experiência que se realiza no decorrer da história for alterada. Isso se revela nitidamente quando perguntamos pelas justificativas últimas que sustentam a singularidade e o caráter surpreendente do evento. Então surgem instâncias que, sobrepostas ou separadas, ajudam a assegurar a repetibilidade das experiências.

A exemplo da visão integracionista ao estado, seja colonial português ou nacional, levaria à ‘aculturação’ dos índios por meio do trabalho, como de outras formas como o aldeamento/catequização nos séculos XVIII e XIX e integração no século XX. Nota-se inclusive uma certa naturalização da violência, tomada como ônus do processo da conquista⁴⁸.

Então é a partir das experiências do tempo, dos eventos em que se inserem e se desenvolve e se consolida as identidades no tempo enquanto estrutura, como também com os sujeitos envolvidos, é o caso dos povos indígenas na história. A procura pela rede de significados enquanto uma ancestralidade nas mobilizações existentes.

Como defende Monteiro⁴⁹ sobre os processos de territorialização sob os direitos dos povos tradicionais mostra que, a reconfiguração da noção dos direitos indígenas enquanto direitos *históricos* – sobretudo territoriais – estimulou importantes estudos que buscavam nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos índios ou, pelo menos, dos seus defensores.

Ao qual, argumenta Bauman⁵⁰, fala que a identidade não é uma exceção:

⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.44.

⁴⁸ LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer. 2020, p.329-330. 2020, p.333.

⁴⁹ MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 2001, p.5.

⁵⁰ BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.25.



“identidade” não é exceção: torna-se tema de reflexão aprofundada quando sua probabilidade de sobrevivência sem reflexão começa a diminuir – quando, em vez de algo óbvio e *dado*, começa a parecer uma coisa problemática, uma *tarefa*. Isso ocorreu com o advento da era moderna, com a passagem da “atribuição” à “realização”: deixar os seres humanos perderem para que possam – precisem, devam – determinar seu lugar na sociedade.

Como um fato e ação, a identidade tornou-se primordial para o autorreconhecimento de sujeitos na construção de suas narrativas históricas. Os povos indígenas, principalmente com o advento de direitos práticos identitários, se tornam um papel importante na edificação desse processo de reflexão. Não é algo unicamente dado, mas uma tarefa para as suas relações interétnicas e sociais com a sociedade envolvente, seja na ação do tempo, como também no presentismo.

Um outro conceito que impactou fortemente as reflexões sobre reconfigurações étnicas e identitárias das sociedades indígenas foi o de fronteiras étnicas, elaborado por Friedrich Barth (apud LEAL, 2021) no final da década de 1970, mas que só foi incorporado pela historiografia nos anos 90. Para o autor de *Os grupos étnicos e suas fronteiras*, é a dimensão política e não a cultural que define um grupo étnico⁵¹.

A fronteira étnica ao colocar os povos indígenas no debate, não está mais ligada a um tipo de cultura isolada, genérica e padronizada de análise a partir da segunda metade do século XX, mas em uma estrutura relacional, de poderes e saberes e identitários, em que, abarca não somente o processo cultural em si, mas político, o econômico e o social que vão além das fronteiras nacionais delimitadas de espaços e lugares práticos.

Bauman⁵² traz a noção de fronteira étnica de Barth que fala que é “a fronteira étnica que define o grupo, não há uma substância cultural que ele encerra”. Tudo dito e feito, a própria identidade dessa substância cultural (sua “unidade”, “totalidade”, “distinção”) é artefato de uma fronteira firmemente

⁵¹ LEAL, Davi Avelino. *Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia*. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer. 2020, p.354.

⁵² BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.26.



traçada e vigiada com rigor, embora os planejadores e os guardiões das fronteiras em geral insistam na ordem oposta de causalidade.

Ao discorrer sobre espaço e história e estabelecer uma relação entre eles significa servir-se de dois conceitos bem conhecidos e correntes na língua coloquial. No âmbito da ciência, porém, eles não são nada claros, e não há consenso a seu respeito. Pode-se falar de espaço como uma realidade com quatro dimensões, defini-lo como campo de forças ou como forma de intuição pura, ou se falar em espaço vital ou espaço do coração. Se, por outro lado, define-se a história como narrativa ou como criadora de identidade, ou como área de pesquisa das ciências sociais, todas essas decisões levam a estabelecer diferentes relações entre história e espaço⁵³.

A existência de horizontes de possibilidades com relação entre história e espaço, incluem a construção das narrativas identitárias nesse processo. O estrato temporal em que se vive nos produz reflexões da questão de qual historiografia se pode e se deve utilizar para interpretar os sujeitos enquanto motores da sua própria história, e isso, para uma historiografia indigenista perpassa de forma direta pelo conceito da identidade aplicado a ciências sociais, portanto, o trabalho do historiador enquanto um cientista interdisciplinar no campo e ofício de atuação.

Mas as questões postuladas a partir do final dos anos 1970 introduziram duas inovações importantes, uma prática e outra, teórica. Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena, que encontrava apoio em largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente não se sustentava mais como regime político⁵⁴.

Mas a partir do momento em que a figura do historiador não é identificada como aquele que seria profissionalmente excluído do campo da memória, a oposição categórica entre história e memória cai. A memória coletiva pode

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p.73.

⁵⁴ MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 2001, p.5.



também fazer parte do “território” do historiador ou, melhor ainda, tornar-se instrumento da escalada da história contemporânea⁵⁵.

Assim dizendo, os regimes de memórias se conectam, uma história, enquanto processo historiográfico não se desfaz da memória, enquanto ferramenta de categoria de análise, e de uma relação antropológica de ação da temática indígena, e como uma compreensão das relações e pertencimento de uma identidade histórica no tempo.

Como apresenta sobre essa complexidade dessas relações interétnicas, Fabian diz que⁵⁶:

Ao nível do léxico, a linguagem antropológica está, naturalmente, repleta de expressões que, de uma forma ou de outra, sinalizam a conceituação do Tempo e as relações temporais (tais como consequência, duração, intervalo ou período, origens e desenvolvimento). Já comentamos sobre alguns desses termos, assim como sobre o fato de que um termo não precisa ser manifestamente “temporal” para servir como um instrumento de distanciamento do Tempo. Na verdade, expressões que têm um claro referente temporal (uma data, um intervalo de tempo, uma indicação do passado, presente ou futuro) são provavelmente menos importantes, quantitativamente e também qualitativamente, do que aquelas cuja função temporalizadora deriva do contexto em que elas são usadas.

Nesse sentido, as relações temporais e conceituação do tempo a partir do autor não estão presas no fato histórico de forma isolada e pronta. Mas como expressões dentro de uma consequência, duração, intervalo ou período histórico que faz com que as origens e desenvolvimentos temporais se efetivem como discurso dentro das identidades e das relações sociais.

Conclusão

Ao concluir essa pequena reflexão através desse ensaio sobre teoria e historiografia voltado para o entendimento de uma nova história indígena e do indigenismo e suas categorias de análise colocadas. Se percebe que os estratos temporais e de historicidade dependem muito de quem está produzindo enquanto ciência histórica.

⁵⁵ HARTOG, François. **Regimes de Historicidade – presenteísmo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.160.

⁵⁶ FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. 2013, p.103.



Conforme Leal⁵⁷, os estudos e debates da década de 1990 avançaram na análise do passado indígena a partir da exploração de novas fontes e do refinamento de estratégias metodológicas que vinham sendo lenta e gradualmente construídas desde meados dos anos de 1980. O conceito de resistência indígena, seja aquela mais direta por via do conflito aberto, ou a mais sutil se coloca na questão das pesquisas sobre uma “Nova História Indígena” que se ainda se faz em construção.

E certamente, colocando os conceitos enquanto processo da produção dessa nova historiografia como uma teoria, escrita e metodologia da história faz com que os historiadores que promovem essa temática, se abram as constantes dúvidas e reflexões, enquanto a compreensão dos estratos do tempo, em especial ao direcionar o tempo presente, bem como, a tradução das fontes.

O século XX e a história do Brasil republicano faz com que a problemática se torne complexa temporalmente e espacialmente no trabalho profissional e ofício do historiador e da ciência histórica, mas também fazendo jus ao entendimento e a ideia de pesquisa para outros recortes historiográficos.

Dito isso, a temática aqui abordada, inserindo os conceitos de poder, cultura e identidade continuam abertas enquanto uma renovação historiográfica democrática e que busca abarcar os mais diversos sujeitos e movimentos sociais contemporâneos e sua ligação entre o passado e o presente enquanto uma epistemologia.

Por fim, o debate continua aberto em torno de uma nova historiografia sobre os povos indígenas e do indigenismo e a utilização dos conceitos e categorias de análise em torno da temática. As produções textuais vão dizer qual será a tendência temática para mostra a história dos povos indígenas enquanto protagonista, seja em um recorte ‘presentista’ de um tempo presente, mas interligando com o passado histórico de forma crítica e analítica enquanto tal.

Data de submissão: 15/03/2024

Data de aceite: 18/11/2024

Referências bibliográficas

⁵⁷ LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Editora Valer. 2020, p. 347.



BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENTIVOGLIO, Julio César. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. / Julio Bentivoglio, Patrícia Merlo. - Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2014. 171 p.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas: e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DANTAS, Albuquerque Mariana. Uma História com o Outro: povos indígenas na historiografia brasileira. In: BARROS, José D'Assunção (org.). **A Historiografia como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022, p.356.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. - (Coleção Antropologia)

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. -15^a ed.- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023. 432pp.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade – presenteísmo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014.

LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História Indígena e do Indigenismo na Amazônia. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. 1ed. Manaus: Editora Valer, 2020, v. 1, p. 321-361.



MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo.** Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 2001.

MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. *In:* PORTÔ JR, Gilson (org.). **História do tempo presente.** - Bauru, SP: Edusc, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Problemas e Hipóteses relativos à Fricção Interétnica. *In:* **A Sociologia do Brasil Indígena.** São Paulo: Editora da USP, 1972.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. **Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas.** Horizontes Antropológicos (online), v. 26, p. 7-31, 2020. <
<https://www.scielo.br/j/ha/a/35hkmFFFXVkJ6xJj7HHRRsF/?lang=pt&format=pdf> >

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo, Cosac Naify, 2010.

